



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte e sete dias do mês de março, do ano dois mil e dezessete, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 24 de março de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto De Souza Leite (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Moacir Genuario, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, "a", e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o *Requerimento nº 201/2017, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, para a Oitava (8ª) Sessão Ordinária*, programada para a presente data, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Posto isto, a sessão foi suspensa às 18h39, para cumprimento do disposto no Requerimento nº 167/2017, do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que solicitou a presença, na Casa, da Secretária de Promoção Social, Leila Ferracioli Iazzetta, para esclarecimentos sobre a interrupção da Tarifa Social. Cumprido o disposto na propositura, a sessão foi reaberta, às 19h35, e o Presidente da Câmara deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 39, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 25, de 10/03/2017, objeto do Ofício nº 25/2017, de igual data, "autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder anuência, para constituição de garantia hipotecária, em favor da empresa Forusi Metais Sanitários Ltda., da área de terreno recebida do município de Mogi Mirim, sob a forma de doação, contemplada pela Lei Municipal nº 3.369, de 5 de julho de 2000"; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 40, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 26, de 16/03/2017, objeto do Ofício nº 26/2017, de igual data, "instituído o Cadastro Único Municipal, para os Centros Educacionais Municipais da Primeira Infância – CEMPIs do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências"; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno); 3. Projeto de Lei nº 41, de 2017, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “instituído, no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, o Dia Municipal do Tecnólogo”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 42, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 27, de 20/03/2017, objeto do Ofício nº 27/2017, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 326.000,00”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 25, 26 e 27/2017, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fossem os Projetos de Lei nºs 39, 40 e 42/2017 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 190/2017 - Assunto: Requeiro ao Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno, junto a Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, estudos para mudança do ponto de ônibus localizado na Rua Ulhôa Cintra, esquina com a Rua Ministro Firmino Whitaker- Centro Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Requerimento Nº 191/2017 - Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O CAPS E CAPS AD. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 192/2017 - Assunto: INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAR SISTEMA INFORMATIZADO DE PREGÃO ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 194/2017 - Assunto: INFORMAÇÃO SOBRE OS PROFESSORES Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 196/2017 - Assunto: Encaminha Minuta de Projeto de Lei ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, sobre o à destinação de percentual da receita arrecadada com multas de trânsito no Âmbito do Município para a Santa Casa. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 197/2017 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que proceda ao levantamento das máquinas e equipamentos da Secretaria da Agricultura. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 198/2017 - Assunto: ASSESSORIA JURÍDICA PARA AS ENTIDADES. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 199/2017 - Assunto: REQUEIRO A EMPRESA ELEKTRO QUE REALIZE PARA QUE REALIZE PODA DAS ARVORES LOCALIZADAS NA RUA FRANCISCO PARRA HERNANDES, NAS CHÁCARAS SÃO MARCELO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 200/2017 - Assunto: REQUEIRO CÓPIA DO MAPA CONTENDO E DO MEMORIAL DESCRITIVO DA PRAÇA CÔNEGO CARLOS AUGUSTO GOMES MALHO, LOCALIZADA NO JARDIM DIONÍSIO LINHARES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, JORGE SETOGUCHI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 540/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno avaliação para continuidade do recape, em pelo menos três ruas, que compreendem trechos do projeto aprovado pela Secretaria de Planejamento e Caixa Econômica Federal, que será executado através de emenda parlamentar federal do deputado Paulo Maluf. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 541/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, EFETUE A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MANILHAS PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA ANTONIO ZULIANE (CHÁCARA BOA VISTA). Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 542/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja realizado o tapa-buracos na rua Hugo Stort, em frente ao número 137, no Jardim Scomparim. Autoria: GERALDO VICENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

BERTANHA. Indicação Nº 543/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja realizado o tapa-buracos na rua José Matias, em frente ao número 40, no Tucura. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 544/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja realizado o tapa-buracos na rua Pastor José Marques de Almeida, em frente ao número 143, no Parque das Laranjeiras. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 545/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na rua Amélia de Camargo Azevedo em frente ao número 415, no Linda Chaib. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 546/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na rua Cristo Redentor em frente ao número 43, no Jardim Elite. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 547/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na rua Erivaldo Nascimento da Silva, em frente ao número 275, no Jardim Europa. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 548/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na rua Hugo Stort em frente ao número 137, no Jardim Scomparim. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 549/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na rua Manaus esquina com a rua Amador Jorge Siqueira Franco, no Jardim Getúlio Vargas. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 550/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpada de um poste que fica na Rua Marciliano, em frente ao número 12, no Centro. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 551/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja feita a troca de lâmpadas nas ruas centrais: XV de Novembro e Coronel João Leite e Praça Floriano Peixoto. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 552/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA VITOR SALVATO, NO JARDIM PANORAMA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 553/2017 - Assunto: INDICO A SECRETARIA COMPETENTE A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA ESQUINA DA RUA GOITACÁS COM A AVENIDA DR. JOÃO AVANCINI, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 554/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO ASFALTO DA RUA SEBASTIÃO FERREIRA ALVES, NO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 555/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ADOLFO LUTZ, NO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 556/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO MEIO FIO DA AVENIDA GUARANI, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 557/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA DA ÁREA VERDE PRÓXIMO A ESCOLA VEREADORA TEREZINHA DE OLIVEIRA, LOCALIZADA NA RUA HUMBERTO FRITELLA, NO JARDIM NOVACOOP. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 558/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA DAS MARGENS DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

RUA MANAUS, NO CECAP. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 559/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO NA PRAÇA DR. FRANÇA CAMARGO, NO JARDIM PRIMAVERA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 560/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADOS LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE ENTULHO NA RUA NAPOLEÃO BENATTI, NO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 561/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NAS MARGENS E RETIRADA DO LIXO ACUMULADO NO LAGO DO COMPLEXO DIEGO ORTIZ, O LAVAPÉS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CINOÊ DUZO. Indicação Nº 562/2017 - Assunto: INDICO QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO BUEIRO LOCALIZADO NA AVENIDA LUIZ GONZAGA DE AMOEDO CAMPOS, PRÓXIMO AO SUPERMERCADO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 563/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO SUBSTITUIÇÃO DA PLACA DE SINALIZAÇÃO LOCALIZADA NA RUA MANAUS, NO CECAP. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 564/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO RETIRADA DOS RESÍDUOS DE PODA E ROÇAGEM ACUMULADO NO COMPLEXO DIEGO ORTIZ, O LAVAPÉS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CINOÊ DUZO. Indicação Nº 565/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno, através de sua Secretaria competente, que seja realizada a limpeza do mato nas calçadas da Rua Antônio Moreno Peres, no bairro Maria Beatriz. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 566/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nelson Bueno, através de sua Secretaria competente, que seja realizada a limpeza do mato, nas calçadas da Rua Luiz Antônio Guerreiro, no bairro Maria Beatriz. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 567/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno, através de sua Secretaria competente, que seja realizada a limpeza do mato nas calçadas da Rua Imola, no Bairro Jardim Maria Beatriz. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 568/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua XV de Novembro, centro Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 569/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente que realize operação Tapa Buracos à Rua Antônio Pinto bem como nas demais vias públicas do Jardim Murayama I. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 570/2017 - Assunto: Indico às Secretarias Municipais a manutenção e limpeza de área pública à Rua César Gasparotto, Rua Gastone Lorenzetti, Rua Antonio Giovani e Avenida Alcindo Barbosa, Parque da Imprensa, que ficam em torno do campo de futebol do Santa Cruz e da Escola Municipal Professora Altair Rosa Corsi Costa. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 571/2017 - Assunto: Indico ao Sr. ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras para que se faça operação tapa buraco na rua 1º de Janeiro na Santa Luzia. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 572/2017 - Assunto: Indico ao Sr. ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras junto com o Departamento de Trânsito para que se coloque uma placa de Proibido Estacionar na Rua do Tucura, ao lado da Praça Marcos Portioli. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 577/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOAQUIM ANDRADE, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PAULISTA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 578/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DO PICADÃO (MMR-220), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 579/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. ITAIPÚ, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ELITE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 580/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. SENADOR EDUARDO DA CUNHA CANTO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM LONGATTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 581/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. JULIA GARDINALLI BAZUCO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PAULISTA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 582/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DOS AGRICULTORES (MMR347), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 583/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA BENJAMIN CONSTANT, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 584/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOÃO MALVEZZI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 585/2017 - Assunto: Indico ao Sr. ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras para que se faça com urgência limpeza e roçagem nas Praças Chico Mendes, Praça Itapira, Praça do CDHU, Praça do Jardim Quartieri. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 588/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, firmar convênio/parceria com Faculdades de Educação Física, para que estagiários possam promover atividades físicas, principalmente em regiões mais populosas e com incidência de vulnerabilidade social. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 590/2017 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, A IMPLANTAÇÃO DO PERÍODO INTEGRAL DE ESTUDO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE PARCERIAS. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 592/2017 - Assunto: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que proceda com providências quanto à manutenção da iluminação pública na Rua João Furigo, Jd. Sta. Elisa. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 595/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal através de suas Secretarias Municipais a manutenção e limpeza de área pública à Praça Ayrton Senna da Silva, Jardim Santa Cruz Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 600/2017 - Assunto: Possibilidade de regularização do Parque das Laranjeiras e outros loteamentos através da medida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

provisória 759/2016 Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 601/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, EFETUE A TROCA DE LÂMPADAS QUEIMADAS NA RUA DAS CAMÉLIAS, ALTURA DO NÚMERO 183, NO BAIRRO INOCOOP. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 608/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REPARO NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA HEITOR PAULO ZORZETO, NO JARDIM BICENTENÁRIO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 609/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REPARO NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA FRANCISCO V. SIMOSO, NO LOTEAMENTO SANTA ANA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 33/2017 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS A APAE, PELO TRABALHO DE EXCELÊNCIA REALIZADO COM NOSSAS CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 36/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSE EDUARDO MONTEIRO DE FARIA, OCORRIDO DIA 20 DE MARÇO DE 2017 Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 37/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E PARA SECRETÁRIA DE SAÚDE E FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO DA PRIMEIRA PLENÁRIA DA SAÚDE DA MULHER, EM MOGI MIRIM Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 38/2017 - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento do jovem enxadrista Rafael Hollanda Mantelatto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ocorrido no dia 21 de março de 2017, após acidente de trânsito. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 39/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHOR ANGELINA CASTILHO DOS SANTOS, OCORRIDO DIA 19 DE MARÇO DE 2017. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 40/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA ALZIRA BENEDITA LINO BRENTINI, OCORRIDO NO DIA 23 DE MARÇO DE 2017. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 41/2017 - Assunto: MOÇÃO DE REPÚDIO AO SENHOR GOVERNADOR GERALDO ALCKMIN, AO SENHOR MÁGIMO ALVES BARBOSA E AO SENHOR DOUTOR YOUSSEF ABOU CHAHIN, PELA FALTA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DE MOGI MIRIM, AUMENTO DO ÍNDICE DE ROUBOS E PELO SUCATEAMENTO DA POLÍCIA CÍVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, datado de 17 de março de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Danilo Zinetti, respectivamente, respondendo a respeito das Indicações nºs 18, 22, 112, 114 e 115/2017; Indicação nº 135/2017; Indicação nº 136/2017; Indicações nºs 67, 121, 122/2017; Indicações nºs 20, 21, 44, 99 e 141/2017; Indicações nºs 10, 11 e 26/2017; Indicação nº 43/2017; Requerimento nº 042/2017 e Indicações nºs 117 e 124/2017; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício nº 0932/2017, datado de 15 de março do corrente, subscrito pelo Sr. Luiz Eduardo D. Corrêa, Gerente Institucional Interior do Grupo Telefônica – no Brasil, “informando a respeito dos Requerimento nº 32/2017, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O primeiro orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele comentou assalto seguido de vandalismo, na UBS Antônio Albejante, situada entre os bairros Mogi Mirim II e Parque das Laranjeiras, zona leste, esclarecendo que à 1 hora, na madrugada, uma porta ao lado da UBS fora arrebentada e que, haviam sido levados o aparelho de televisão, o botijão de gás e o computador da unidade. O vereador disse que estava triste, porque nem os prédios públicos eram respeitados, próprios que abrigavam creches e UBSs, e sublinhou a suspeita aventada pela Secretária Social Leila Iazzetta, de que o vandalismo poderia ter sido ato político. Comunicou que havia sido feito boletim de ocorrência, que o secretário de Segurança, Dr. Tiago Toledo, estava tomando medidas cabíveis e que, a Guarda Civil Municipal, sempre atuante, estava cuidando do caso também. Depois, comentou o péssimo estado de conservação das ruas de terra, no Parque das Laranjeiras, as quais não permitiam sequer o trânsito de motocicletas, mais precisamente, ruas, no centro do bairro, para as quais o vereador solicitava fosse refeito o serviço de recuperação, porque as ruas haviam ‘sumido do mapa’. Disse que ficou tão admirado, com o estado das vias, que fora, no local, constatar ele próprio, e que, após o constatado, saíra do bairro, determinado a visitar a garagem municipal, para verificar as máquinas, se tinham sido consertadas, para o serviço de recuperação, ou não. Narrou que ficara feliz, pois a máquina patrol havia sido consertada, finalmente, e estava pronta para percorrer as ruas de terra de Mogi Mirim, inicialmente, as ruas do Parque das Laranjeiras e, posteriormente, toda a cidade, Chácara São Marcelo, áreas rurais, Martim Francisco, Estrada Velha para Itapira, entre outras. Para concluir, falou sobre a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Zona Leste, disse que visitara o local, verificara questões de transporte coletivo, dera opiniões e salientou ainda, que estava lutando, para que suas solicitações fossem respeitadas, uma delas, a questão do bilhete único,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

haja vista que o morador de Martim Francisco, por exemplo, gastaria quatro passagens do ônibus circular, para de seu bairro, chegar até a UPA Zona Leste. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. O vereador teceu agradecimentos aos funcionários do SAAE, pelo trabalho executado, no Jardim do Lago, e pediu a compra de um rolo compressor, equipamento que seria muito importante, para as atividades desempenhadas. Agradeceu também aos funcionários da Construrban e da Cidade Brasil, bem como o funcionalismo público, através dos Agentes de Saúde e Setor de Enfermagem, pela limpeza feita, nos bairros da cidade, no último sábado. Disse que havia participado, com o seu caminhão, coletando lixo, e, para encerrar a participação, pediu paciência à população, pois os funcionários estavam trabalhando, arduamente, sem material adequado; os funcionários estavam se dedicando, com carinho, mesmo ganhando miséria. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela iniciou, dizendo que tinha grande respeito pela Secretária de Promoção Social, Leila Ferracioli Iazzetta, pessoa que merecia total credibilidade, mas ponderou, apesar da lei estar perfeita, que gostaria a tarifa social não fosse extinta. Explicou, que era pedido pessoal, porque sentia, que a tarifa, atualmente, era algo consolidado, mesmo com todos os erros que apresentara, no passado; que o fim do benefício seria um trauma, para a cidade, pois o município estava na quarta etapa de sua implantação, justamente, a que atenderia a todos os usuários; que a listagem dos beneficiários precisava ser revista; que concordava com todas as colocações feitas pela gestora da pasta da Promoção Social, mas lembrava, que a definição do benefício, no passado, fora estabelecido, em um salário mínimo e meio, e que, as empregadas domésticas eram as grandes usuárias dos ônibus, rogando, então, que a Viação Benfica repactuasse o valor da tarifa, pois três reais e quarenta centavos era um valor expressivo. Pediu por alguma forma de baratear o custo da passagem, para que o município a pudesse subsidiar, e frisou que a situação brasileira estava muito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

difícil. Afirmou que era notório, que muitas patroas pagavam, com dificuldades, às suas ajudantes, que era possível ter desemprego, diante da extinção do critério, que estabelecia um salário mínimo e meio, e que, esperava o critério, a ser estabelecido pela gestora, fosse, realmente, iluminado por Deus, porque estava muito pesado, para a classe média, e o desemprego era imenso. Por fim, disse que acreditava a secretária fosse conduzir a questão com humanidade. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. O vereador do PMDB disse de sua satisfação, em trazer a notícia, de que seu partido havia feito o cadastramento da verba, conseguida junto aos seus deputados, para compra de uma máquina patrol. Esclareceu que os vereadores da bancada do PMDB já haviam comunicado o cadastramento ao Secretário de Agricultura, Ivair Biazzotto, acreditando na chegada da máquina, para breve. Informou, que o município tinha três patrols, mas que duas delas estavam encostadas, no pátio, há três anos e meio; que uma patrol havia sido recém consertada, notícia dada pelo vereador Luís Roberto, e que, agora, ele tinha também, esta boa notícia, desta verba, para aquisição de mais uma patrol, para serviços, na zona rural, onde a situação estava muito difícil, bem como para reparos no Parque das Laranjeiras, nas Chácaras Sol Nascente e São Francisco, também na Usina Esmeralda, Estrada da Cloretil e Bela Vista, locais onde o trânsito estava totalmente caótico. Para concluir, o Vereador Moacir destacou que a população já tinha sofrido demais, com as chuvas e com o fim do consórcio Pró-estradas, porque era esperado que Mogi Mirim fosse contemplada com uma máquina, ao final do consórcio, o que não ocorrera, mas frisou acreditar que, com mais esta máquina, a patrol, a administração pudesse socorrer o sofrido povo da zona rural. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Este versou sobre o projeto federal da reforma da Previdência Social. Registrou, que no trâmite da matéria, o Governo Temer havia retirado os militares do corpo do projeto, que, agora, o governo havia retirado também os funcionários públicos e os professores e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que, a iniciativa privada iria ‘engolir o sapo’, ou seja, iria pagar o ônus. Afirmou, que antes de ser vereador era consultor, na área de recursos humanos, por isso afirmava que seria muito difícil, atualmente, a recolocação de uma pessoa de cinquenta anos, no mercado de trabalho, o que, por conseguinte, levaria a bolsões de pobreza da terceira idade, porque o sistema de saúde estava falido, atendia mal à população e o Governo Temer montava e arquitetava planos, para acabar com o cidadão mais pobre. Disse que o Governo Temer estava querendo cobrir o ‘rombo’ do governo do PT, governos de Lula e Dilma, rombo este feito pelos políticos corruptos, que tinham desviado dinheiro do COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e do PIS - Programa de Integração Social, os quais, agora, queriam implantar a idade mínima de sessenta e cinco anos, para o cidadão se aposentar. Esperava, que os funcionários públicos e professores não deixassem a luta, pois o projeto seria discutido, na semana, em curso, e alertou, que os deputados federais e senadores, porque notavam não seriam reeleitos, estavam desejando criar uma lista fechada de candidatos, para as eleições de 2018. O vereador tinha certeza, sem dúvidas, que o primeiro da lista seria Renan Calheiros, seguido por todos os que tinham roubado o povo brasileiro, por isso a reforma política, junto à reforma da previdência, ou seja, para tolher o povo brasileiro. Por fim, disse que o projeto, uma vez aprovado, provocaria a miséria na sociedade brasileira, criando situação política para 2018. Como o próximo inscrito, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. A vereadora falou sobre segurança pública e sobre o ocorrido na UBS da Vila Dias, ato que a edil classificou, como mais um ‘ato de vandalismo e roubo’. Destacou, que ela estava na busca de recursos, em prol da segurança pública, sempre e que, um dos projetos, por ela encontrado, referia-se à instalação de câmeras de monitoramento, em pontos estratégicos da cidade, o que traria mais segurança. Afirmou, que se o sistema já estivesse em funcionamento, na cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

certamente, que o bandido, que roubara a UBS, teria sido flagrado, ou impedido. Explicou, que o sistema não estava instalado, totalmente, mas que providências a respeito estavam sendo tomadas, objetivando sua implantação. Lembrou, acerca da reunião, realizada entre os três prefeitos da região – Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira, com o Secretário de Segurança, Dr. Magimo Alves, e com o deputado Barros Munhoz, reunião esta, também acompanhada pelo Vereador Tiago Costa, que promessas haviam sido feitas, para Mogi Mirim, relativas à vinda de recursos, haja vista o aumento do índice de criminalidade. Informou, que depois dessas tratativas, eram esperadas viaturas novas, para a Polícia Militar, e o aumento do efetivo, com a vinda de novos policiais, promessas as quais ela cobraria, certamente. A vereadora reforçou, que, durante sua pesquisa, em busca de recursos, na cidade de Campinas, havia identificado um projeto modelo, realizado em parceria com os postos de gasolina da cidade, mediante a instalação de câmeras, nesses locais. Explicou, que as câmeras eram cedidas, pelo sindicato dos postos de gasolina; que o projeto não gerava ônus ao município; que as imagens eram cedidas, posteriormente, quando necessárias, que os postos escolhidos se localizavam, nas principais vias, e que, seria muito interessante esta parceria, para melhorar a segurança, também em Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa, que versou sobre dois assuntos. O primeiro, sobre segurança pública, assunto importante, tema difícil de debater, às vezes, em sua opinião, porque, sendo a segurança obrigação do Estado, muitas vezes, o munícipe não conseguia separar a competência de cada um dos poderes, Estado, União e Município. Relatou ter apresentado moção de repúdio ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr. Magimo Alves Barbosa, bem como ao Chefe Geral da Polícia Civil, porque, a cada dia, que se passava, em Mogi Mirim, mais famílias ficavam reféns dos bandidos, os jornais estampavam a todo momento a criminalidade, enquanto permanecia ‘toda a ladainha’ do Governador Geraldo Alckmin, relativa aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

investimentos, em segurança, na cidade, os quais nunca aconteciam, enquanto o crime só aumentava, acuando o cidadão de bem, com medo, em sua própria casa. Informou, que estava coletando assinaturas, para um abaixo-assinado, o qual encabeçava, juntamente, com o Vereador Moacir Genuario, exigindo ações contra a violência e contra o aumento do número de roubos, com reféns, na cidade. Disse que os vereadores iriam aos bairros, para recolher assinaturas, para encabeçar a luta, coletariam nomes, identidade e o endereço, do morador, que necessitava de segurança pública. Falou que contava com o apoio da população, para pressionar o Estado, em busca de providências efetivas, na luta pela segurança pública. Quanto ao outro assunto, o vereador falou sobre a Medida Provisória nº 759/2016, do Governo Federal, relativa à regularização de bairros clandestinos e loteamentos irregulares, objeto de uma sua indicação ao prefeito municipal. Explicou, que o prefeito precisava demonstrar o desejo de regularizar o Parque das Laranjeiras e outros loteamentos irregulares, por meio da Medida Provisória nº 759/2016, assumindo esta posição, uma vez que, se ele não assumisse tal responsabilidade, de nada adiantaria buscarem este caminho, aclarou que havia uma cartilha do Governo Federal, explicando, passo a passo, a regularização, através da MP, e que, a regularização, através da medida, iria desburocratizar o processo, eliminando dela a CETESB e outros órgãos reguladores, ficando ao encargo do município emitir as escrituras, de forma originária, propriedade por usucapião. Disse, que encaminhara a Indicação nº 600/2017, ao prefeito, para que um estudo urgente fosse feito, para saber da intenção do gestor municipal, dialogando também, com as famílias envolvidas, a fim de resolver o problema, via MP, problema este, que perdurava, por mais de trinta anos, no município, estabelecendo, por fim, inclusive, que propriedades rurais também poderiam ser regularizadas, pelo mesmo processo. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Este, de início, empenhou todo o seu apoio à Secretária de Promoção Social, Leila Iazzetta, pois ele entendia o que estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acontecendo, com a suspensão da Tarifa Social, uma vez que ele também era usuário dos ônibus coletivos e percebia, realmente, que não existiam tantos usuários, nos sábados, domingos e feriados, sem falar das péssimas condições dos ônibus. Registrou, que já apresentara requerimentos sobre o assunto e também, que solicitara à viação o cumprimento dos horários, nas linhas. Posto isto, o vereador agradeceu o convite, para a participação na audiência sobre a situação da cultura, no município, encabeçada pelo Vereador Luís Roberto e realizada, na quinta-feira última, afirmando, igualmente, que o assunto tinha sido interessante. Todavia, deixava seu manifesto contra a ausência da população, pois somente estivera presente a classe artística, enquanto que, a população não, e ficava difícil, assim, reivindicar sem o principal interessado, a população, que tinha que comparecer, na Casa do Povo. Explicou que, quando se aproximavam as eleições, surgiam candidatos, com propostas fantásticas, e daí sim, a população reclamava e usava a rede social, todavia, sem conteúdo; que a contribuição dos presentes havia sido fantástica sobre a questão cultural, no município; que fora apresentada ideia de projeto de lei sobre incentivo fiscal; que o maior problema da cultura não era a falta de ideias, mas o impacto financeiro, para o município, como dissera o Secretário de Cultura, Marcos Dias, durante a audiência; que uma comissão tinha sido formada, com a finalidade de estudar o impacto financeiro, junto ao Secretário de Finanças, Roberto Oliveira; que o orçamento da cultura não poderia continuar dependendo dos humores de prefeitos, porque os projetos culturais tinham que ter vida própria, que a cidade tinha grande potencial, para a cultura e para o turismo, faltando apenas bons projetos e a iniciativa de todos e, para concluir, em nome do Secretário de Cultura, Marcos Antônio Dias dos Santos, convidou todos os artistas, de todos os setores, para que fizessem o cadastramento, no Censo Cultural do Município. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Relatou visita feita à Escola Bráulio José Valentim, localizada no Distrito de Martim Francisco, apontando as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

várias necessidades daquele local. Explicou que, com a exigência de redução de custos, nos departamentos da administração, a Secretaria de Educação havia aumentado uma sala de aula, na Escola Bráulio, que os alunos acordavam antes das 5 horas da manhã, e chegavam, na escola, às 6h40, sendo que a aula começava, efetivamente, às 8 horas, esperando muito tempo inativos e sonolentos. Disse, que se os alunos dormissem, nas salas de aulas, não seria culpa deles, mas do transporte escolar, que não dava condições de aproveitamento e rendimento escolares; que a nova classe, referente à Escola Bráulio, não ficava na escola, mas em outra escola, em frente à Escola Bráulio, porque lhe havia cedido uma sala, e que, por conseguinte, na hora da merenda, os alunos atravessavam a rua, bem como a atravessavam, na chegada e na partida, portanto, tratava-se de perigo quadruplicado, já que faziam estas idas e vindas, quatro vezes, no dia, no horário de pico. Rogou, para que esta situação da sala a mais fosse revista, ou que a Escola Bráulio desse condições aos alunos, de ter ela própria uma sala, ou que retornasse o transporte, como era antes, e que as crianças voltassem à frequentar a EMEB, localizada no Bairro Maria Beatriz. Para concluir, aclarou que os alunos referidos eram residentes no Bairro Rural Pirapitingui, que não era tão distante assim, portanto, em nada justificando acordarem às 5 horas, da manhã. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Este discursou sobre a reforma da Previdência Social. Destacou, que o povo brasileiro resistia à muitas ‘picaretagens’, porém, que o ‘picareta mor’, Presidente Michel Temer, estava abusando da paciência da população, porque, ele não contente, continuava com o projeto monstruoso da Reforma da Previdência, algo que mais se assemelhava a uma ‘pegadinha do Sérgio Malandro’, haja vista que citavam, que os professores haviam sido excluídos do projeto da reforma, enquanto que, na prática, sabia-se não era assim, porque o projeto permitiria que os governadores dos estados decidissem a questão, lembrando a todos, que o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, nunca vira os professores da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

rede ‘com bons olhos’ e, prova disso, havia sido o zero por cento de aumento, concedido depois da última greve, que perdurara noventa dias. Ressaltou que o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, não tinha qualquer reconhecimento para com os professores; que ter a ‘carteira de trabalho assinada’ era considerado como documento, no passado, mas que, atualmente, era considerado documento o carnê da contribuição da Previdência Social; que o Presidente Michel Temer vinha destruir as famílias brasileiras e perguntou, para que possuir carteira profissional, se só tinha serventia para recordação; que o projeto da reforma era vergonhoso, monstruoso; que os professores não estavam fora da mira do projeto, ratificava; que o projeto atingiria Mogi Mirim, o Estado inteiro e o Brasil, como um todo; que isto iria acabar com o Brasil, que não adiantava chorar ‘depois do leite ter sido derramado’ e que, a partir do dia seguinte, os professores deflagrariam greve, por melhores salários e, principalmente, pelo desastroso projeto de reforma da Previdência Social, até que ele fosse retirado da pauta de negociações. Sobre outro assunto, reconheceu, publicamente, os esforços da administração, no combate à Dengue, todavia, disse que havia ainda muito entulho, nas ruas, oriundo da falta de conscientização da população, algo impressionante, e, para encerrar, afirmou que o correto seria a prefeitura possuir um caminhão de coleta, para cada bairro. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto, que também versou sobre os problemas da Escola Bráulio José Valentim e criticou a mudança escolar, que estava provocando a ‘bagunça’ dos alunos, por terem que atravessar, por várias vezes, a rua de trânsito intenso. Falou de sua preocupação para com a segurança dos alunos, preocupação que deveria estar em primeiro lugar, na agenda da Secretaria de Educação, haja vista que os estudantes ficavam atravessando, constantemente, a rua, sem qualquer segurança, todavia, acreditando ele, que a secretária tomaria providências. Depois, o vereador pediu desculpas pela sua ausência, em razão de questões de família, na audiência, que abordara assuntos sobre a cultura,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sublinhando que ele sempre lutara, em prol da causa da cultura, lembrando ainda que, enquanto assessor parlamentar, na cidade vizinha, de Mogi Guaçu, sempre apresentara projetos, em prol da cultura. Explicou, que um desses projetos, dentre os que havia idealizado e ajudado a montar, em Mogi Guaçu, fora o Câmara na Escola, ideia que pretendia apresentar na Câmara de Mogi Mirim, objetivando levar a Edilidade Mogimiriana até a escola. Afirmou, que era necessário trabalhar para a fomentação, nas escolas, dos grêmios estudantis, que o Câmara na Escola seria um modo de trazer a população para junto da Câmara, e, prosseguindo no discurso, salientou que a vinda dos secretários municipais à Casa de Leis, era importante presença, pois demonstrava uma união, que faria com que Mogi Mirim se desenvolvesse. Disse que os secretários o atendiam muito bem, mas que algumas pessoas, do Poder Executivo, tinham que tomar muito cuidado, principalmente, sobre aquilo falavam, para os próprios vereadores, uma vez que os vereadores estavam eleitos, para representar o povo, sendo eles o elo mais próximo ao munícipe, para solução de qualquer problema. Portanto, para encerrar, afirmou que algumas pessoas, no Poder Executivo, tinham que tomar cuidado, para citar algo de algum vereador, porque vereador tinha que ser bem atendido, nas secretarias, pois se batiam, era em busca de solução, para os problemas dos munícipes. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Este, desde logo, registrou a presença, nas dependências da Casa, da Professora Heloísa Zamboni, que viera acompanhar a votação de projeto de sua autoria, para denominação de rua ao filho, Alexandre Augusto Zaniboni. Ato contínuo, comentou sobre a falta de segurança, na cidade, e mencionou o assalto ao postinho da Vila Dias, algo tenso. Pontuou, que todos vereadores da Casa, especialmente, os vereadores Tiago Costa, Sônia Rodrigues e ele próprio, estavam trabalhando, para a conquista de segurança, e também registrou a reunião com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Magimo Alves, e Deputado Estadual Barros Munhoz. Explicou, que, desde que a municipalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia sido notificada, sobre o inquérito instaurado, contra a possível omissão do Estado, na segurança pública da cidade, ele estava mantendo conversas com o Deputado Barros Munhoz, com o intuito também, de informar a todos sobre o andamento das questões. Relatou a reunião, da última quinta-feira, que contara com as presenças, além das já anteriormente mencionadas, do Secretário Municipal de Segurança, Tiago Toledo, e do Delegado Seccional de Polícia. Informou, que durante o seu programa matinal, na rádio, havia entrevistado o Deputado Barros Munhoz, ao vivo, cobrando dele o resultado da reunião, garantindo o deputado, que o Secretário Estadual de Segurança Pública iria aumentar o efetivo policial militar, civil e científico, bem como visitar Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira. O vereador falou também, da falta de viaturas policiais, informando que várias estavam nas oficinas, localizadas nas cidades de Bragança Paulista e São Carlos, porque estavam quebradas, e que o Comandante PM Luciano Peixoto havia pedido sua ajuda, razão pela qual ele, orador, havia intercedido junto ao Deputado Barros Munhoz, para liberação dos veículos, sendo informado, na data, que uma das viaturas havia saído do conserto e que, outras sete, ou oito, seriam liberadas, em breve tempo. Destacou, que o vereador devia buscar a ajuda de pessoas que detinham o poder de decisão, em esfera estadual, pois, no município, os vereadores pouco pediam fazer, a não ser pedir, que os vereadores estavam fazendo um trabalho muito bom e que, os secretários também, todavia, atentou que alguns secretários precisavam ‘acordar para a vida’, haja vista que, quando um vereador levava uma proposta de parceria, ele esperava uma resposta, sem delongas. Para finalizar, parabenizou o Vereador Moacir, Genuario, acerca do cadastramento do pedido de mais uma patrol, para o município, e pediu ao Secretário de Agricultura, Ivair Biazzotto, que tornasse público o valor necessário para o conserto de todas as máquinas quebradas, no município. Também fez uso da palavra, no Expediente, o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que, de imediato, repassou convite do Vereador Manoel Eduardo P. Cruz Palomino, ausente, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

audiência pública, sobre as necessidades dos bombeiros municipais, agendada para o dia 29 de março, nas dependências da Câmara Municipal. Depois, falou sobre a precária situação da Rodovia dos Agricultores, explanado que apresentara indicação para a via, porque, mesmo com a execução da operação tapa-buracos, por duas vezes, em breve espaço de tempo, a rodovia estava degradada e sugeriu ainda, a busca por uma solução definitiva, haja vista ser estrada importante, que ligava duas cidades, onde o fluxo do transporte agrícola era grande. Narrou, que o último recapeamento de vias havia sido executado no governo de José Serra, quando governador, através do Programa Pró-Vicinas, que tinham sido recapeadas as estradas da Cachoeira e de Martim Francisco, mas a Rodovia dos Agricultores não, razão pela qual se devia discutir o caso e, se possível, buscar um modo de incluir a manutenção da citada rodovia, por alguma concessionária, colocando a rodovia, na malha de manutenção das terceirizadas. Por fim, disse que a situação da Rodovia dos Agricultores iria piorar muito, num futuro próximo, e ratificou sua intenção de encontrar solução, em parceria com o Governo Municipal de Artur Nogueira, para tratativas conjuntas, com o Governo do Estado. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h45, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 23, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.463, de 14 de novembro de 2013, que criou a Imprensa Oficial do Município de Mogi Mirim”. Parecer e *Emenda* da Comissão de Justiça e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Redação. Discutiu a matéria o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, autor de pedido de adiamento. Ele explicou, que pedira o adiamento, porque tinha dúvidas sobre o projeto; que havia estudado a matéria e verificado a solicitação, que a Comissão de Justiça e Redação tinha feito ao Poder Executivo, para explicações; que a CJR tinha feito três perguntas ao Poder Executivo, sendo uma delas, qual o valor que se pretendia economizar, com a aprovação da matéria; que a resposta para tal questionamento não constava do parecer, justamente, o dado mais importante, porque o projeto tratava de economia, mas não falava o valor, o qual se pretendia economizar, e tampouco o valor, que se pretendia gastar; que, de 2011 a 2016, tinham sido gastos mais de meio milhão de reais com imprensa; que não se tinha dados concretos, nem informações de números, para um voto consciente, que aprovar tal projeto seria ‘assinar um cheque, em branco’, para o prefeito, a fim de fazer o que ele bem quisesse, com a imprensa oficial, e que, não se tinha conhecimento sequer, se havia a rubrica deste dinheiro, no orçamento municipal. Por fim, salientou, que se o projeto fosse aprovado, como estava, já na primeira publicação da prefeitura, num jornal publicitário, ele levaria a questão ao Ministério Público, pois a proposta, em apreciação, era o ‘cúmulo do absurdo’. Para explicar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele frisou que os argumentos e o parecer da CJR já haviam sido discutidos, antes do adiamento; que via o projeto ‘com bons olhos’; que os valores haviam sido informados, pela própria imprensa, o valor licitado para imprensa oficial escrita; que a licitação estava sendo feita, com o número, e isto fora divulgado na imprensa, cerca de sete mil reais; que o valor a ser economizado fora tornado público, pela própria imprensa local; que os vereadores estavam para corrigir os erros do passado; que, se gastos existiram no passado, era necessário criar mecanismos, os quais a lei permitia; que João Dória havia adotado outro tipo de mecanismo, bem como o Tribunal de Contas, que também adotara a Internet; que não havia razão para a Prefeitura de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim não adotar o proposto, no projeto, e, por conseguinte, trazer economia, relativa à impressão; que a lei deixava oportunidade ao Poder Executivo, para que fizesse publicações, em número reduzido, se houvesse necessidade, em caso excepcional; que haveria licitação, para escolha de qual veículo utilizar, no caso da excepcionalidade, objeto da emenda proposta pela CJR; que o projeto estava o mais transparente possível; que o Secretário de Comunicações, Beto Amorim, estava presente, nas galerias, e ele, orador, defendia piamente o projeto, pois acreditava que a cidade daria um salto à modernização; que o parecer estava bem elaborado; que a informação digital deveria atingir cada vez mais pessoas, que isso seria um avanço e que, a Câmara acompanharia de perto os gastos produzidos. Também fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Disse que tinha muita tranquilidade, com relação ao projeto de lei, tendo, inclusive, assinado o parecer. Relatou que o adiamento fora pedido, pelo Vereador Samuel, diante de dúvidas, que tinham sido colocadas pela Vereadora Maria Helena; que reunião havia sido feita, com a participação do Secretário de Comunicações, Beto Amorim, o qual havia esclarecido, pontualmente, as questões colocadas, mostrando números e falando da economia, a ser realizada; que a CJR havia apresentado emenda, que obrigava o município a seguir os procedimentos licitatórios da Lei 8.666, Lei de Licitações, quesito menor preço, o que impediria uma licitação direcionada, talvez o temor de alguns, conjecturou, e acentuou que, no texto, havia ainda, a palavra ‘excepcionalmente’, que, na redação, determinava exceção e não regra geral; que as publicações do jornal oficial seguiriam, com valor reduzido, número menor de exemplares, custo mais baixo; que a publicidade, no Portal Transparência, continuaria, no site da Prefeitura, e os jornais locais só seriam contratados, por meio de licitação pública, teor da emenda, em caso de excepcionalidade, que cabia aos vereadores fiscalizar, como sempre, e que, respeitava a posição do Vereador Samuel, mas dela discordava, estando tranquilo, para votar,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

favoravelmente, à matéria. O próximo a discutir foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Este repudiou as palavras do Vereador Samuel, porque não se colocava no lugar de alguém, que estivesse assinando ‘um cheque em branco’, disse que a prefeitura estava empenhada, em reduzir custos, que, no ano de 2016, haviam sido gastos cento e cinquenta e cinco mil reais, com o Jornal Oficial impresso, e que, a projeção de gasto do novo projeto era de vinte e nove mil e setecentos reais. Por fim, salientou que não havia motivos, para rejeitar o projeto. Depois, usou da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela disse que, realmente, tivera dúvidas; que ainda tinha dúvidas, conjecturava que o Prefeito pudesse vetar a emenda feita pela CJR, que obrigava à licitação, quando, excepcionalmente, fosse necessário; que os custos caíam de cento e cinquenta e cinco mil, gastos, em 2016, para cerca de vinte e nove mil reais; que a Câmara também faria parte deste novo e futuro Diário Oficial, com tiragem de três mil exemplares impressos, que ela defendia fossem publicados os procedimentos, que os vereadores faziam, e que, ela acompanharia e fiscalizaria a questão. Finalizando, frisou, que durante os quatro anos do Governo Stupp, as informações eram desatualizadas, sempre. Também comentou a matéria o Vereador Luís Roberto Tavares. Este observou, que o projeto propunha alterar dispositivos da Lei nº 563, em vigência; que, se o projeto fosse rejeitado, a municipalidade continuaria gastando os cento e cinquenta e cinco mil reais/ano, portanto, que não haveria qualquer economia; que ele era favorável ao projeto implantando pelo Prefeito de São Paulo, João Dória Júnior, que informava todas as ações da Prefeitura Municipal de São Paulo, através do site oficial, pela Internet, com custo zero, todavia, não sendo a proposta, em tela, e que, dever-se-ia ter muita responsabilidade, para votação do projeto, não por política, mas tecnicamente, para impedir fossem gastos os cento e cinquenta e cinco mil reais/ano, com impressões. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele lembrou, que jamais havia votado com o desgoverno anterior; que não estaria votando ‘um cheque em branco’, haja vista seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discernimento, do que era certo, ou errado, todavia, deixava esclarecido, que daria voto favorável diante da emenda, que garantia fosse feita licitação, em caso de necessidade, e que, se houvesse veto à emenda, votaria contra o veto. Neste ponto, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, suspendeu a Sessão, em curso, às 21h18, para reabri-la, ato contínuo, às 21h23. Retornou à discussão, por deferência da Presidência, o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, que concordava que a tiragem fosse diminuir, barateando custos, fazendo-se economia, mas refutava, porque, na sua percepção, a Casa estava prestes a votar autorização, para que o Executivo tivesse direito de abrir licitação, para contratação de um registro de ata, que poderia chegar até a um milhão de reais, pois poder-se-ia gastar com inserções, todas as semanas, desde que o conteúdo extravasasse o formato desenhado, e que, por isso, falava em ‘cheque em branco’. Disse, finalmente, que o voto era independente, que estava deixando clara a sua posição, contrária ao Projeto de Lei nº 23/2017. A seguir, o Vereador Cinoê Duzo solicitou a suspensão dos trabalhos, o que foi acatado, pelo Presidente da Câmara, e os trabalhos suspensos, às 21h25. Os trabalhos foram reabertos, às 21h39, e o Projeto de Lei nº 23/2017 foi colocado à votação; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Projeto de Lei nº 23/2017, do Prefeito de Mogi Mirim, e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 27, de 2017, de autoria do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, “dando denominação oficial à Rua 16, localizada no Morro do Sol, de Rua ALEXANDRE AUGUSTO ZANIBONI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Discutiu o projeto o autor, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, mais uma vez, agradecendo a presença da professora Heloísa Zaniboni, que acompanhava a votação do projeto de denominação de rua, para seu falecido filho, no Condomínio Residencial Morro do Sol, onde a família da nobre professora construiria residência.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lembrou que Alexandre era aficionado por futebol; que tinha nascido, em 12 de maio de 1972, que sequelas, durante o parto, haviam impedido o desenvolvimento de seu cérebro, e que, portanto, fora eterna criança e alegrava a vida de todos, pois era muito extrovertido, falecendo, em 17 julho 2001, aos 29 anos; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 27/2017, do Vereador Geraldo Bertanha); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 33, de 2017, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “dando denominação oficial à Rua Projetada 02, localizada no Condomínio Residencial Morro do Sol, de RUA OSSAMU NOZAKI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Comentou a matéria o Vereador Jorge Setoguchi, informando que o homenageado fora seu tio e que, trabalhando no estabelecimento comercial da família, havia sido assassinado e, até os dias atuais, não se sabia quem teria sido o assassino; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 33/2017, do Jorge Setoguchi); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 32, de 2017, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “incluindo o Dia das Mães, no Calendário Oficial do Município”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Usou da palavra o autor, para comentar sua proposta e pediu apoio de todos, para aprovação da matéria, projeto de homenagem às mães, argumentando, que as mães deveriam ser homenageadas todos os dias; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 32/2017, do Vereador Cinoê Duzo); (à Ordem do Dia da próxima sessão, para ser apreciado em segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno vigente). O primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, publicamente, agradeceu aos vereadores, que haviam estado presentes na audiência pública, proposta por ele, para discussão dos assuntos referentes à cultura, no município, a saber, Vereadores Alexandre Cintra, Jorge Setoguchi e Cinoê Duzo, aos assessores João Sanseverino e Daiane Gatei e ainda, registrou a presença de vários artistas e representantes do Conselho de Turismo e Cultura, também a presença do Secretário de Cultura, Marcos Antônio Dias dos Santos. Aclarou, que a intenção era projetar a cultura, para o futuro, em até quatro anos; que os reunidos aguardavam a remessa de projeto de orçamento, para os próximos três anos; que a minuta de projeto, enviada ao Chefe do Executivo, fomentava a captação de recursos, em prol da cultura; que se pretendia, que o Prefeito Municipal colocasse 3% da arrecadação do ISSQN à disposição da cultura e explicou o processo de captação de recursos, sendo o projeto do artista autorizado, pelo Conselho de Cultura, e o artista buscava seu patrocinador, que iria abater o patrocínio, no ISSQN; que era uma forma de alavancar a cultura, que o projeto era muito importante e que, uma comissão fora constituída, como resultado da audiência pública, para trabalhar na questão do impacto financeiro, projetando os futuros três anos. Prosseguindo, relatou que estivera na Companhia de Desenvolvimento e Habitação Urbana - CDHU, falando com a equipe, que cuidava de regularizar os loteamentos clandestinos e irregulares de Mogi Mirim. Afirmou, que a Medida Provisória nº 759/2016, já comentada pelo Vereador Tiago Costa, tinha feito cessar todas as regularizações, em curso; que ela seria votada, em maio, em Brasília; que o projeto possuía setecentas e trinta e duas emendas; que se tratava de uma medida provisória, que se tornaria uma lei, portanto, algo que ninguém sabia, se viria para ajudar, ou atrapalhar; que estava faltando apenas um passo, o aval da CETESB, e a prefeitura dizer que assumiria o compromisso, e seria regularizado o Parque das Laranjeiras, mas que a MP



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia feito parar toda a tramitação, que a futura lei poderia melhorar, ou piorar a situação do Parque das Laranjeiras, e que, atualmente, bastaria que o município criasse o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a cidade poderia se desprender da CETESB, do Cidade Legal, reiniciar, a partir do zero, e o CMMA assumiria a responsabilidade de regularizar o Parque das Laranjeiras, do modo como o conselho acreditasse viável, mas que, agora, seria necessário aguardar até o mês de maio, infelizmente, e lamentou, novamente, a introdução da MP. Para finalizar, falou do surgimento de uma jaguatirica morta, no Km 6, da Rodovia Luiz Gonzaga Amoêdo Campos, grande, de dezessete quilos, a qual havia sido analisada, pelo Instituto Chico Mendes, e que, resultante da ocorrência, estava solicitando que Mogi Mirim fosse incluída no ‘corredor das onças’, para ter os animais chipados e investir na instalação de placas de advertência, sobre animais silvestres. Como os próximos oradores, Vereadores Marcos Antônio Franco, Maria Helena Scudeler de Barros, Moacir Genuario, Orivaldo Aparecido Magalhaes e Samuel Nogueira Cavalcante, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela atualizou todos os presentes sobre a sentença final do julgamento, do casal de assassinos, do Caso Lorenzo, investigação da qual ela participara e cujas diligências acompanhara, informando, igualmente, que haviam sido condenados o rapaz, a quinze anos de reclusão, e a moça, a dezesseis anos de reclusão. Falou da emoção dos pais e amigos, da tristeza da perda do jovem, todavia, observou que, em parte, ficara também satisfeita, porque, apesar dos poucos recursos, a Polícia Civil havia desvendado o crime, feito o seu máximo e apresentado números. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele retornou ao assunto da Medida Provisória nº 759/2016 e sublinhou que a MP vinha sendo utilizada, como fundamento, por alguns municípios, para regularização de loteamentos, e que, justamente, trataria deste assunto, no Ministério das Cidades, para saber como proceder, como fazer, para que os loteamentos irregulares pudessem ser regulamentados, através



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da medida. Explicou que a MP criava o REURB-S, social, destinado às famílias de baixa renda; que as escrituras e registros cartorários seriam gratuitos; que havia também o REBUR-E, especial, destinado à classe média baixa; que havia isenção cartorária aos que não pudessem pagar; que a MP desburocratizava a questão da aquisição originária; que o morador buscava a sua escritura pública, do local onde morava; que a MP regulamentava também as áreas de risco e APPs, explicando, que certas famílias poderiam ter a aquisição originária do seu imóvel, mesmo em APP, no caso de não estarem em risco; que somente seriam remanejadas famílias, em risco; que se tratava, então, de regularização que deveria ser estabelecida através de lei; que já existia cartilha, do Governo Federal, detalhando a MP, sendo aplicada nos municípios; que, se a CETESB, até hoje, não havia dado parecer favorável, para regulamentar a área do Parque das Laranjeiras, então, se fosse possível descomplicar a burocracia, para que as famílias tivessem, em mãos, as escrituras de seus imóveis, ele, orador, não se sentiria privado de falar, que existia a nova opção, e que, ela era segura. Fez um trocadilho, dizendo que iriam ao Ministério das Cidades, buscar ‘o melhor caminho’ para a regularização e que, se tanto a CETESB, quanto o Programa Melhor Caminho haviam recuado diante da MP, e estacionado o trabalho, então, certamente, a MP detinha força. Falou, que a regularização era um problema de Mogi Mirim; que os vereadores eram os representantes dos cidadãos; que ele traria novas informações sobre o assunto, após a visita ao ministério, e para encerrar, dirigindo-se ao Vereador Samuel, destacou que o respeitava, acima de tudo, mas que ele não era o ‘dono da verdade’ na Casa, que se ele falava o que queria, deveria ter ouvidos também, para ouvir o que os outros pensavam, e que, prova disso tudo, era a aprovação do projeto da Imprensa Oficial, por quatorze votos favoráveis. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra. O Vereador iniciou, destacando a brilhante apresentação da Orquestra Mogimiriana de Viola Caipira, no teatro do Centro Cultural.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Frisou que o teatro estava lotado de pessoas, que a entrada havia sido a preço módico, que a música de qualidade ajudara a confortar os corações e parabenizou os participantes, organizadores e o público, que estivera presente. Destacou também, a belíssima e emocionante cerimônia de formatura da classe anual dos atiradores do TG 02-023, de Mogi Mirim, explicou que existia uma parceria, entre a União, que pagava o salário dos militares, a prefeitura local, a responsável pela estrutura física do TG, e, sobre isto teceu críticas, dirigindo-se ao Gabinete do Prefeito e rogando dos senhores Danilo Zinetti e Edson Pesiquelli atenção às necessidades do TG. Elencou, que o prédio, que abrigava a unidade militar estava sem condições de uso, telhado com goteiras, sem qualquer condição de instrução de moral e cívica, não possuía equipamentos e não havia um Datashow. Estabeleceu, que buscaria, por soluções, veria o que ele poderia fazer; que estava na hora do Gabinete do Prefeito ‘fazer acontecer’ a parceria, que a prefeitura tinha necessidade de manter aquele prédio em condições de uso e que, ele também se dispunha a colocar a ‘mão na massa’. Registrou sua presença no evento da ACIMM, intitulado Indústria 4.0, parabenizando às direções da ACIMM, da FATEC, ETEC e empresa Feston, desejando que a parceria entre esses fosse longa e próspera, transformando Mogi Mirim num polo avançado de tecnologia. Parabenizou os diretores André e André Giraldi. Como utilidade pública, mesmo já agendada audiência pública, para discussão das necessidades dos bombeiros do município, convidou a todos para palestra sobre Alzheimer, grátis, pela Dra. Denise Stort, sumidade no assunto, componente do Corpo Clínico da Unicamp, com lugar no Clube Mogiano. Para concluir, registrou o Dia Mundial do Teatro, efeméride da data, e se congratulou com os amigos artistas. Como o próximo orador, Vereador André Albejante Mazon, desistisse da palavra, fez ocupar lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. Ele registrou a presença, nas galerias, dos comandantes Luciano Peixoto e Giovani e destacou que este exemplo, a presença, acompanhando a ação dos vereadores, deveria ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seguido, por toda a população, e, depois, prosseguiu com um discurso político, citou a reunião mensal do CONSEG e a audiência sobre a cultura, registrando que, em ambos os eventos, a plateia estivera vazia e rogou à ‘geração facebook’, que saísse da frente dos computadores e viesse à Casa, cobrar, acompanhar e usar a Tribuna Livre. Desejou parabéns aos atiradores recém-formados e explicou que o TG colaborava na formação dos jovens, bem como protegeria o município, numa eventual emergência, principalmente, o Serviço de Águas. Comentou, todavia, que o TG estava desprotegido e fazia suas, as palavras do vereador Alexandre Cintra, pedindo para soluções, emergencialmente, frisando, inclusive, que o armamento estava desprotegido. Ratificou, que providências relativas ao prédio deveriam ser tomadas, com urgência. Falou também do Prefeito de São Paulo, o gestor João Dória, afirmando que ele estava ‘fazendo história’, contou que ele havia efetuado parceria, com as montadoras Mitsubishi, Honda e Yamaha, buscando amparar e equipar melhor o pessoal do trânsito e segurança municipal, da cidade de São Paulo, e afirmou que ele também faria contato com as montadoras, em busca de patrocínio e parcerias, para amparar a GCM, com o apoio dos secretários municipais, para determinados projetos. Frisou, que a segurança de Mogi Mirim estava na UTI, haja vista a falta de recursos e, para encerrar a participação, reconheceu o esforço do Vereador Luís Roberto Tavares, na luta constante, em prol do Parque das Laranjeiras, e o parabenizou. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Sobre o TG, o Vereador lembrou a todos, que havia feito indicação e recebido resposta, do Gabinete do Prefeito, que afirmava providências seriam tomadas e parcerias seriam buscadas. Depois, versou sobre a Santa Casa e colocou que ele havia sido procurado, por funcionários do hospital, na semana passada, e também nesta; que tinha conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que iria detalhar os fatos, mas frisava a necessidade urgente de uma resposta, por parte do provedor, logo, sugeria que ele fosse convidado à Casa, para a tribuna, para que desse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

explicações de como estavam os fatos, porque, segundo os funcionários, eles estavam trabalhando apreensivos, com a situação, pois não sabiam se iria receber os salários, ou não, algo inadmissível de acontecer, numa santa casa, cujo objeto de trabalho eram vidas humanas, que a situação estava demasiadamente complicada, ratificou a sugestão de convocar o provedor à Câmara e, para concluir, declarou que o Secretário Financeiro, Roberto Oliveira, havia dito que a prefeitura estava, em dia, com os pagamentos, para com a Santa Casa. Também fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele trouxe informações importantes sobre a iluminação pública, relatando que os serviços de manutenção iriam se iniciar, em breve, que seriam gastos cento e quarenta e quatro mil reais, para fazer o trabalho, e que, em dois meses, seria solucionado o problema de cerca de quatrocentos pontos escuros, na cidade. Criticou a ausência dos munícipes, nas sessões, e falou que os munícipes não deviam menosprezar a pauta de votações, se dela constassem apenas nomes de ruas, por exemplo, e, mudando de assunto, convidou todos, munícipes e vereadores, especialmente o Vereador Tiago Costa, para que participassem da reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, cujo novel presidente era o senhor José Lázaro Pulcinelli, no dia 4 de abril, às 19 horas, no Plenário da Câmara. Enfatizou que o CONSEG precisava de um pouco mais de vereadores presentes. Sobre a Santa Casa, relatou que havia convidado o coordenador do sindicato dos funcionários do hospital, bem como o novo tesoureiro, Milton Bonatti, para conversas. Disse, que o senhor Milton Bonatti era pessoa honesta, que merecia o seu respeito, que lhe trouxera alguns números e metas, bem possíveis de serem conquistados. Acerca do TG, falou que conseguira atender a uma solicitação feita, pelo Tenente Ademar, que lhe solicitara um sofá, e que, quanto à cobertura da sala de instrução, estava trabalhando, no assunto, desde o início do ano. Explicou que acreditava a cobertura fosse refeita, em breve, pois havia constatado projeto, sobre a mesa do prefeito, para reformar a sala de instrução. Também fez uso da palavra o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele trouxe a notícia, de que o Prefeito Carlos Nelson Bueno estava, realmente, empenhado em discutir, com o Governo do Estado, a questão da venda da área do antigo campo de viação, área pertencente ao Estado, para que o município tivesse o seu interesse preservado, e que, ele, orador, acompanharia o desenrolar dos fatos. Abordou também acerca do Parque das Laranjeiras, dirigindo-se ao Vereador Luís Roberto, afirmando, que a regularização não seria tão simples, quanto o colega acreditava, haja vista a insistência da CETESB, na relocação das famílias, residentes na APP; que a MP iria flexibilizar a questão, deixando as famílias, no local originário, bem como iria regularizar esses lotes, e que, observava com bons olhos a MP e esperava que ela estabelecesse a possibilidade. Dirigiu-se ao Vereador Cinoê e lhe disse, que estava à disposição, para qualquer esclarecimento, mas que existiam ferramentas próprias, para investigação de gestores públicos. Afirmou que tinha dezesseis anos de vida pública, que sua vida era aberta; que caminhava pela rua, normalmente, e que, apesar de tudo, havia sido eleito pela população e estava, na Casa, cumprindo seu mandato. Explicou, que a Secretária Leila Iazzetta poderia abrir uma sindicância administrativa, uma CPI, para análise de todas as gestões, fosse a atual, fosse a gestão passada; que também existia o Ministério Público, que também investigava; que ele, orador, poderia contribuir naquilo que havia participado, naquilo que tinha sido responsável; que não poderia responder por coisas das quais não houvesse participado; que poderia até ajudar a esclarecer fatos, pela experiência que possuía, na administração, da qual tinha muito orgulho; que não iria baixar a cabeça, pois tinha honra, tinha sua família e sua consciência tranquila, dormia sono tranquilo; que estava à disposição, para a atual administração, para corrigir os erros feitos, na gestão passada, e declarava isso, para que ficasse bem claro; que estava à disposição, para ajudar, dentro do seu conhecimento, pela vivência, que tinha, pela experiência, no poder administrativo; que responderia sempre, por aquilo que fosse ele responsável, lembrou que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assumira sequer um único dia a prefeitura, na gestão passada, que o MP iria apurar, o que cada gestor havia assinado, e que, a sua postura seria esta, até o resto de sua vida. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele registrou a presença, nas galerias, do Capitão Luciano Peixoto e do Sargento Giovani, ambos da Polícia Militar, bem como do Comandante Paulo, da GCM e os parabenizou, pelo trabalho que vinham fazendo, junto ao CONSEG. Para concluir, acentuou o grande descontentamento da população rural, quanto à precariedade das estradas de terra do município e rogou por imediatas soluções. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, novamente na direção dos trabalhos, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Senhor José Eduardo Monteiro de Faria, do jovem enxadrista Rafael Hollanda Mantelatto, da senhora Angelina Castilho dos Santos e da senhora Alzira Benedita Lino Brentini*, falecidos recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h32, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM